

VULNERABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL (2007/2017)

*Brazilian agribusiness regions: vulnerability and development
(2007/2017)*

Thiago José Arruda de Oliveira
Waldecy Rodrigues

VULNERABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL (2007/2017)¹

Brazilian agribusiness regions: vulnerability and development (2007/2017)

Thiago José Arruda de Oliveira
Waldecy Rodrigues

Resumo: A pesquisa analisou o desempenho econômico das regiões brasileiras do agronegócio consideradas vulneráveis diante das crises presenciadas entre os anos de 2007 e 2017. Para tanto, utilizou-se como fonte de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) para a elaboração de mapas e também para a aplicação de indicadores regionais. Os resultados levaram a conclusão de que a diversificação da base regional, calcada no comércio e serviço, é o caminho apropriado para as regiões do agronegócio se tornarem menos vulneráveis aos desafios inerentes. Com isso, evita-se o discurso de que somente através da comercialização em larga escala de *commodities* e o seu beneficiamento alcança-se o progresso econômico.

Palavras-chaves: Desenvolvimento regional; Economia regional; Crises; Agronegócio.

Abstract: *The article analyzed the Brazilian agribusiness economic performance classified as vulnerable in the face of the crisis from 2007 to 2017. For that, Brazilian Geographic and Statistic Institution (IBGE), Annual List of Social Information (RAIS), and Industries Federation of Rio de Janeiro (FIRJAN) were used as data collection. Also, it elaborated maps and applied regional indicators to analyze the performance level of the Brazilian agribusiness. The main result shows that geographical production diversification paved in urban activities is the key to overcome the crisis and minimize the agribusiness region's vulnerability. Thus, the Brazilian agribusiness regions should avoid the argument that only boosting the commodities exportation reaches economic progress.*

Key-words: *Regional development; Regional Economic; Crisis; Agribusiness.*

Resumen: *El artículo analizó el desempeño económico de los agronegocios brasileños clasificados como vulnerables ante la crisis de 2007 a 2017. Para ello, se utilizaron como base de datos la Institución Geográfica y Estadística Brasileña (IBGE), la Lista Anual de Información Social (RAIS) y la Federación Industrial de Río de Janeiro (FIRJAN) para elaborar los mapas e indicadores regionales que determinan el nivel de desempeño de los agronegocios brasileños. El resultado principal muestra que la diversificación de la base regional, enfocada en el comercio y los servicios es la clave para superar los desafíos inherentes a presentarse en las regiones de agronegocio. Por ende, estas regiones brasileñas deberán evitar el argumento de que es únicamente a través del comercio a gran escala como se alcanza el progreso económico.*

Palabras claves: *Desarrollo regional; economía regional; Crisis; Agronegocio.*

¹ O artigo foi financiado com recursos da CAPES e do CNPq (Chamada N° 28/2018, Projeto N° 407847).

INTRODUÇÃO

Uma região atinge o nível satisfatório de desenvolvimento quando o seu meio rural e urbano se encontram mutuamente integrados e similarmente conectados com o mercado externo (WORLD BANK, 2009). No caso das regiões do agronegócio, concepção advindo de Elias (2015, 2017 e 2018), o seu campo se associou quase por inteiro com o comércio internacional. Trata-se de uma profunda transformação espacial em período recente, dado que até meados dos anos 1990 ainda existiam no interior do Brasil áreas rurais completamente isoladas, praticamente na subsistência (OLIVEIRA; PIFFER, 2017a). Por outro lado, as suas cidades ainda continuam como meras coadjuvantes nesse processo, haja vista que o seu nível de importância na dinâmica regional se localiza abaixo dos ganhos auferidos pela venda de *commodities* agrícolas (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019a).

Como resultado, as regiões do agronegócio tornaram-se excessivamente dependentes das exportações. Essa relação constitui uma situação de vulnerabilidade para os seus residentes, pois na zona rural há escassas oportunidades de se inserirem nesse contexto devido à substituição de trabalhadores por tecnologia (ELIAS, 2018). Ao recorrer às cidades, encontram-se uma infraestrutura político-institucional deficiente, situação que impede o surgimento de novas atividades produtivas (THÉRY; HERVÉ, 2016). Sem opções dentro da sua região de origem, restam-lhes deslocarem para as metrópoles brasileiras em busca de emprego e renda. No entanto, os imigrantes geralmente se deparam com o subemprego, a omissão dos órgãos de assistência social e a falta de segurança pública, aumentando, assim, a periferização dos espaços urbanos (CASTELLS, 1983; ROCCO *et al*, 2019).

Diante do cenário exposto, o artigo analisou quais as regiões do agronegócio consideradas vulneráveis se desenvolveram, no sentido de incorporar o urbano no contexto vigente, entre os anos de 2007 e 2017, e os motivos que levaram a essa situação. Optou-se por esse período em vista das graves crises ocorridas como a derrocada do sistema financeiro-imobiliário dos Estados Unidos da América (HERSEN; LIMA, 2010), a instabilidade política e a recessão (PAULA; PIRES, 2017; SOUZA, 2017). Esses fenômenos enfraqueceram a demanda internacional e comprometeram a arrecadação fiscal. Em consequência disso, houve cortes em investimentos, projetos e programas sociais, iniciativas primordiais para manter as políticas de desenvolvimento regional (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019b).

A pesquisa se organizou do seguinte modo: primeiramente, discutiu-se sobre a natureza das regiões do agronegócio e os caminhos para minimizar o seu nível de vulnerabilidade diante da dependência externa, e assim, alcançar o seu desenvolvimento pleno. No segundo momento, relatou-se brevemente sobre os principais efeitos das crises presenciadas entre 2007 e 2017 nas economias regionais. Em seguida, foram apresentados os procedimentos metodológicos. Posteriormente, discutiu-se os resultados e finalizou a pesquisa realizando as devidas ponderações.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DO AGRONEGÓCIO

O processo de modificação espacial no interior brasileiro, iniciado na metade do século XX e consolidado na primeira década do século XXI, tem como referência as teorias de North (1977) e de Rostow (1978). Esses arcabouços enfatizaram que a inserção no mercado externo através de *commodities* agrícolas é somente uma fase do trajeto rumo ao desenvolvimento regional. A partir daí, para que os ganhos retornem em forma de benefícios para os seus residentes, principalmente no que concerne ao

assentamento de uma massa doméstica de consumidores e propagadores de conhecimentos científicos, são realizados investimentos em infraestrutura e formação de capital humano a fim de expandir as suas economias urbanas (OLIVEIRA; PIFFER, 2017b; HENRIQUE, 2019).

Por outro lado, tendo em vista a ocorrência de disputas familiares, ideológicas e apegamento a dogmas e preceitos religiosos, nem todas as regiões realizaram as iniciativas indispensáveis para prosseguir em direção à prosperidade. Em consequência disso, o desenvolvimento ocorreu em pontos isolados, originando, assim, um espaço econômico heterogêneo (HIRSCHMAN, 1977). No caso das regiões do agronegócio, especialmente aquelas pertencentes ao grupo B2 (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019a), caracterizados pela fragilidade das suas cidades, as desigualdades internas tornaram-se evidentes. De um lado, tem-se no meio rural uma elevada produção desencadeada por modernos maquinários agrícolas, o trânsito intenso de bens e informações e a gestão empresarial, enquanto que nas suas vilas e cidades predominam-se a informalidade, o subemprego, as diferenças salariais, a ausência de serviços coletivos básicos e as patologias sociais (THÉRY; HERVÉ, 2016; ELIAS, 2018).

Como resultado, a região continua gradativamente dependente dos ganhos advindos de outros países, criando um círculo vicioso (MYRDAL, 1965). Em um determinado momento, se atinge um ponto onde há escassos incentivos para que os residentes criem novas produções. Nesse tocante, alguns preferem a migração para as metrópoles à procura de emprego e educação avançada, ao passo que outros permanecem em seus locais de origem vivendo de forma precária, carente de apoio institucional, sem a perspectiva de crescimento pessoal (ROCCO *et al*, 2019). Essa letargia se torna tão aguda que o primeiro ministro dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende (2002-2010), cunhou a expressão “doença da Zelândia”, para indicar as economias regionais onde o sentimento de periferização e marginalização se impregnou de tal forma que é árdua a tentativa de promover qualquer mudança estrutural (MEIJERS; WOUW, 2019).

Na perspectiva das regiões do agronegócio, a questão gira entorno da capacidade de suas economias difundirem novas atividades dentro dos seus limites geográficos. Em outras palavras, de propagar produções urbanas, uma vez que fatores naturais e a presença intensa de tecnologias impedem a geração de emprego e renda no campo. Desse modo, o caminho rumo ao desenvolvimento continuará se a região oferecer possibilidades de trabalho para os seus moradores afora o agronegócio global (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019a).

3. BREVES NOTAS SOBRE AS CRISES ENTRE 2007-2017

Além das limitações impostas pelo agronegócio, as regiões estão suscetíveis às crises, imprevistos cuja origem encontram-se distante delas, e, sobretudo, comprometem a sua trajetória para o desenvolvimento pleno. Trata-se de um fenômeno inerente, porém se diferem no que concerne à origem, natureza, propagação, duração e escopo (MARTIN; GARDINER, 2019). Dentre as recentes, considerou-se a crise financeira de 2007 a que provocou os maiores danos na economia mundial (HERSEN; LIMA, 2010). Tendo como epicentro os Estados Unidos da América, houve desemprego em massa, cortes em programas e projetos sociais e restrição nos níveis de consumo das famílias em todos os continentes nos anos subsequentes (PINTO *et al*, 2019).

Apesar dos efeitos negativos devastadores, algumas economias regionais se recuperaram rapidamente. Essa resiliência aos choques externos tornou-se um tema de intensa discussão. Cellini; Cuccia (2019) afirmou que as regiões com elevado nível

cultural, traduzido em museus, teatros e monumentos históricos, por exemplo, possuem uma maior probabilidade de gerar atividades criativas e aptas para reestruturar a sua produção. Sob esse prisma, Ezcurra; Rios (2019) demonstrou a importância dos governos estaduais/provinciais terem qualificações necessárias para promover a entrada de novas forças produtivas dentro dos seus domínios. No entanto, essas iniciativas dependem do nível de capital social presente em tais áreas, e, por isso, a retomada do processo de desenvolvimento regional em alguns países tornou-se árdua.

No Brasil, o governo, para atenuar os danos ocasionados pela crise de 2007, implementou novas linhas de crédito, reduziu impostos de bens de consumo duráveis e aumentou a concessão do seguro-desemprego, medidas que fizeram a economia nacional se recuperar nos anos seguintes. Em compensação, no médio prazo, as políticas macroeconômicas se tornaram ineficientes e, somada com as crises hídricas e o *El Niño* de 2015/2016, sucederam ondas de protestos sob a égide da mídia (SOUZA, 2017). Como resultado, a economia nacional entrou em recessão entre 2014 e 2016. Ademais, a grave instabilidade culminou no *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (2010-2016). Por outro lado, tais choques tiveram efeitos assimétricos nos estados brasileiros. Enquanto que o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco sofreram uma forte redução no nível de emprego, em São Paulo, Santa Catarina e Amazonas esse período de adversidade foi imperceptível (PAULA; PIRES, 2017).

Neste sentido, algumas Unidades da Federação brasileira foram resilientes diante das instabilidades ocorridas neste século. O seu nível cultural, assim como a qualidade dos seus governantes, são fatores que provavelmente explicam a sua adaptação em vista de um contexto desfavorável. Isto posto, para que as regiões obtenham tais condicionantes, os aglomerados urbanos se inserem nesse contexto ao facilitar a integração entre políticos e residentes (WÄCKERLIN *et al*, 2020). A partir disso, adquire-se uma estrutura de governança capaz de solucionar os problemas inerentes, possibilitando-se, dessa forma, retornar a trajetória do desenvolvimento regional. Nisso, há uma necessidade básica de fixar pessoas e capital dentro dos seus limites geográficos, especialmente nas regiões do agronegócio, onde a exportação de *commodities* agrícolas sobressaem em relação às atividades urbanas (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019a).

4. METODOLOGIA

Selecionou-se as regiões do agronegócios utilizando como referência Oliveira; Rodrigues (2019a). Todavia, concentrou-se os esforços somente naquelas pertencentes ao grupo B2, que são as Agroregiões consideradas vulneráveis devido à grande dependência pelas *commodities* agrícolas e por possuírem uma estrutura urbana frágil. Por isso, optou-se pelos seguintes indicadores para a seleção (Quadro 1).

Quadro 1 - Descrição das variáveis de seleção

Indicador	Descrição	Ano	Fonte
AGR	Área colhida de soja por agricultores não-familiares/Área com plantio direto na palha realizado por agricultores não-familiares em propriedades acima de 1.000 ha	2017	IBGE/Censo Agropecuário 2017
DEN	Estimativa da população em 2018 do município/Área total da Região Geográfica Imediata	2018	IBGE/Estimativas

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

O indicador AGR demonstrou se na região do agronegócio há uma elevada incidência de áreas com soja, a principal cultura extensiva do Brasil, que empregaram o plantio direto, uma moderna técnica que exige grande quantidade de maquinários e insumos, em propriedades acima de 1.000 hectares. Trata-se de uma estrutura fundiária que incorporou os preceitos do agronegócio globalizado: produção eficiente de *commodities* agrícolas em larga escala com uso amplo de tecnologia. Entretanto, para incorporar as diretrizes da pesquisa, faz-se necessária a aplicação do DEN, um parâmetro que detecta a ocorrência de recortes geográficos sem uma taxa de densidade demográfica expressiva. Para tanto, adotou-se o conceito de Região Geográfica Imediata – RGI –, formulado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, e as estimativas da população municipal em 2018, também desenvolvido por esse órgão federal.

A partir daí, elaborou-se um banco de dados com os indicadores classificados por Região Geográfica Imediata, que por sua vez se tornará uma região do agronegócio em análise se apresentar:

- Um alto valor no indicador AGR (X);
- Um baixo valor no indicador DEN (Y).

O *freeware* GeoDa realizou essa classificação separando as RGIs seguindo o quantil, uma medida que marca a posição de divisão em um conjunto ordenado de dados amostrais. Desse modo, os resultados fragmentaram-se em quadrantes onde cada ponto no Q1, Q2, Q3 e Q4 representou a relação da região com X -AGR- e Y -DEN-. No caso em estudo, procurou-se as que se situam na quarta posição por atenderem aos critérios estabelecidos na pesquisa. Além disso, plotou-se um *conditional map* expondo a localização espacial das delimitações selecionadas (ver Anexo). O intuito desse procedimento consiste em obter um número satisfatório de pontos no espaço que se transfiguram em regiões do agronegócio.

Selecionadas as Agorregiões (ver Anexo), foram analisadas quais dessas expandiram a sua base econômica entre 2007 e 2017. Para tanto, utilizou-se de um indicador adotado em Shi; Cao (2019) em um estudo sobre a natureza do crescimento urbano nas áreas periféricas de Pequim (BMA), sendo que algumas ainda persistem como zonas agrícolas. Todavia, realizou-se adaptações como forma de corresponder às diretrizes da pesquisa, observe:

$$\frac{r_{in}}{R_t} / \frac{j_{in}}{J_t} \left\{ \begin{array}{l} > 1 \text{ Diversificação produtiva} \\ < 1 \text{ Dependência pelo agronegócio} \end{array} \right\} \quad (1)$$

Em que,

rin: número de trabalhadores não relacionados ao agronegócio na RPA *i*;

Rt: número total de trabalhadores na RPA *i*;

jin: número de trabalhadores não relacionados ao agronegócio no Brasil;

Jt= número total de trabalhadores no Brasil.

Se a Região apresentar o valor acima de um, indica que os seus moradores possuem opções de trabalharem em atividades sem vínculos com o agronegócio. Ao contrário, tem-se uma concentração de produções que apoiam as cadeias agrícolas globais. Nessa pesquisa, preferiu-se analisar somente as classes relacionadas ao complexo soja, o “carro-chefe” da pauta de exportação brasileira (Quadro 2).

Quadro 2 – Atividades do agronegócio selecionados de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0)

Divisão	Grupo	Classe
Agricultura	Lavouras temporárias	Cultivo de soja
Indústria de transformação	Óleos e gordura vegetal	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho
		Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais
	Alimentos para animais	Fabricação de alimentos para animais
Comércio	Comércio por atacado	Comércio atacadista de soja

Fonte: RAIS. Elaborado pelos autores.

Como nas regiões do agronegócio em análise há extensas propriedades de terra que cultivam a soja e que possuem linhas de créditos disponíveis, possibilitou-se a integração das propriedades rurais com as indústrias (fabricação de óleos vegetais, margarinas e alimentos para animais) e as comercialização no atacado (ALVES; LIMA, 2018). Se existirem tais atividades, trata-se da consolidação do agronegócio perante as outras produções da economia regional.

Contudo, na prática, se a Região se especializou ou diversificou a sua base produtiva é uma constatação desdenhável para os seus residentes. Eles desejam o acesso a um emprego com carteira assinada e que proporcione uma renda satisfatória, independente do ramo em questão. Desse modo, o Subíndice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal Emprego & Renda sintetiza tais impressões em um indicador que varia entre 0 e 1. Quanto maior o valor, melhores serão as oportunidades para que a população tenha as suas aspirações financeiras correspondidas (Quadro 3).

Quadro 3 – Composição do IFDM Emprego & Renda (2007-2016) e a sua classificação.

IFDM	Composição	Classificação
Emprego & Renda	Geração de emprego formal	Alto nível de desenvolvimento (IFDM>0.8)
	Taxa de formalização	Desenvolvimento moderado (0.8>IFDM<0.6)
	Geração de renda	Desenvolvimento regular (0.6>IFDM<0.4)
	Massa salarial dos empregados	Baixo nível de desenvolvimento (IFDM<0.4)
	Desigualdades de renda (Gini)	

Fonte: Oliveira; Piffer (2017b). Adaptado pelos autores.

Acima de 0.8 significa que o município apresentou um alto nível de desenvolvimento econômico. No outro extremo, até 0.4 indica um baixo grau no que concerne à disponibilidade de emprego e renda na base produtiva municipal. A estrutura do subíndice possibilitou a comparação ao longo dos anos. Neste estudo, para corresponder com a metodologia proposta, inicialmente optou-se por 2007 e 2017. No entanto, esse último ainda encontra-se ausente no banco de dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), por isso, preferiu-se o aproveitamento dos dados correspondentes ao ano de 2016.

Com base nas ferramentas metodológicas apresentadas, analisou-se quais as regiões do agronegócio consideradas vulneráveis se desenvolveram economicamente entre os anos de 2007 e 2017, e os motivos que acarretaram nessa resiliência (Quadro 4).

Quadro 4 – Síntese do processo de análise

Etapa	Fontes de dados	Processo	Produto final
1. Seleção	Censo Agropecuário (2017); Estimativas da População (2018) e Divisão Regional do Brasil (2017)	Geoestatístico	RPA's consideradas vulneráveis
2. Estrutura da base econômica regional	Relação Anual de Informações Sociais (2007 e 2017)	Indicador	Representação gráfica expondo as variações ao longo do tempo
3. Nível de desenvolvimento econômico	Subíndice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (2007 e 2016)		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Transportou-se os dados para uma planilha do Microsoft Excel a fim de efetivar os cálculos necessários. Nesse programa, as informações municipais foram separadas de acordo com as suas respectivas RGIs. Por último, o *freeware* GeoDA foi utilizado na Etapa 1 e na construção das representações gráficas. Caso alguma AgroRegião mereça uma análise a parte, recorreu-se ao banco de dados construído ao longo desse processo no sentido de esclarecer as questões pertinentes.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No quarto quadrante (Anexo), observou-se a presença de 19 RGIs que atendem as premissas do estudo. Além de ser uma amostragem significativa, o conjunto de regiões encontra-se espacialmente distribuído no País, da Amazônia aos Pampas, porém ausente em terras nordestinas (Figura 1). O Sul é a região onde se presenciou a maior quantidade de AgroRegiões. No Paraná são três (Loanda, Campo Mourão e Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu), em São Catarina apenas um (Joaçaba-Herval D'Oeste) e o Rio Grande do Sul tem seis (Vacaria, Lagoa Vermelha, São Luiz Gonzaga, Santana do Livramento, São Gabriel-Caçapava do Sul e Camaquã).

Figura 1 – As Regiões Geográficas Imediatas elevadas à condição de regiões do agronegócio em situação de vulnerabilidade (2017-2018).



Fonte: resultados da pesquisa.

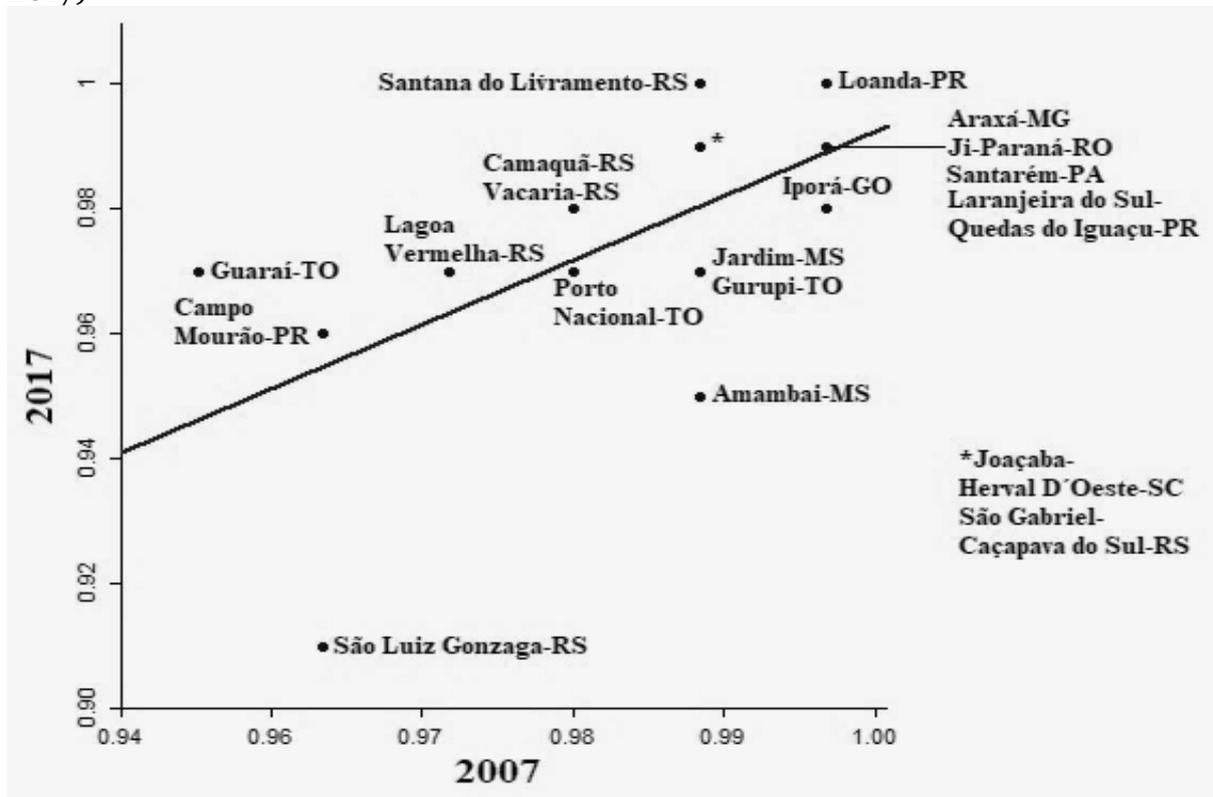
De igual modo, o Norte despertou atenção ao deter cinco representantes sendo que uma, a de Santarém-PA, situa-se no interior da floresta amazônica. A instalação de terminais hidroviários no rio Amazonas e afluentes, além do aumento no fluxo de caminhões carregando grãos pela BR-163, a transformou em uma participante ativa dessa cadeia global, situação perceptível em vista do crescimento da sua produção de soja (TEIXEIRA *et al*, 2019). As outras AgroRegiões nortistas são Ji-Paraná-RO, Guarai-TO, Porto Nacional-TO e Gurupi-TO.

No Planalto Central, estendendo até a divisa com o Paraguai, o procedimento metodológico detectou a existência de quatro regiões que se inseriram no contexto em

estudo. Uma em Goiás (Iporá), uma em Minas Gerais (Araxá) e duas em Mato Grosso do Sul (Jardim e Amambai). Embora as Unidades da Federação como Mato Grosso, Bahia, Maranhão e o Piauí possuam uma expressiva produção sojícola, incorreu a formação de AgroRegiões dentro dos parâmetros estabelecidos. As exclusões relacionam-se à alta taxa de ocupação demográfica, acima do quantil estipulado pelo *freeware* GeoDa, que foi de 30 hab/km², e apesar de deterem grandes propriedades rurais, o plantio direto é uma técnica exigente em cuidados, tendo, assim, um custo elevado de implementação.

Após a primeira etapa, analisou-se a variação na base econômica das regiões do agronegócio vulneráveis entre os anos 2007 e 2017. A de Santana do Livramento-RS se destacou ao ser a única que conseguiu a diversificação produtiva neste período de instabilidade. De igual modo, Guaraí-TO auferiu uma mudança rumo à difusão de economias urbanas. Em relação a Campo Mourão-PR, Loanda-PR, Joaçaba-Herval D'Oeste-SC, Camaquã-RS, São Gabriel-Caçapava do Sul-RS, Lagoa Vermelha-RS e Vacaria-RS permaneceram com as suas estruturas inalteradas (Gráfico 1).

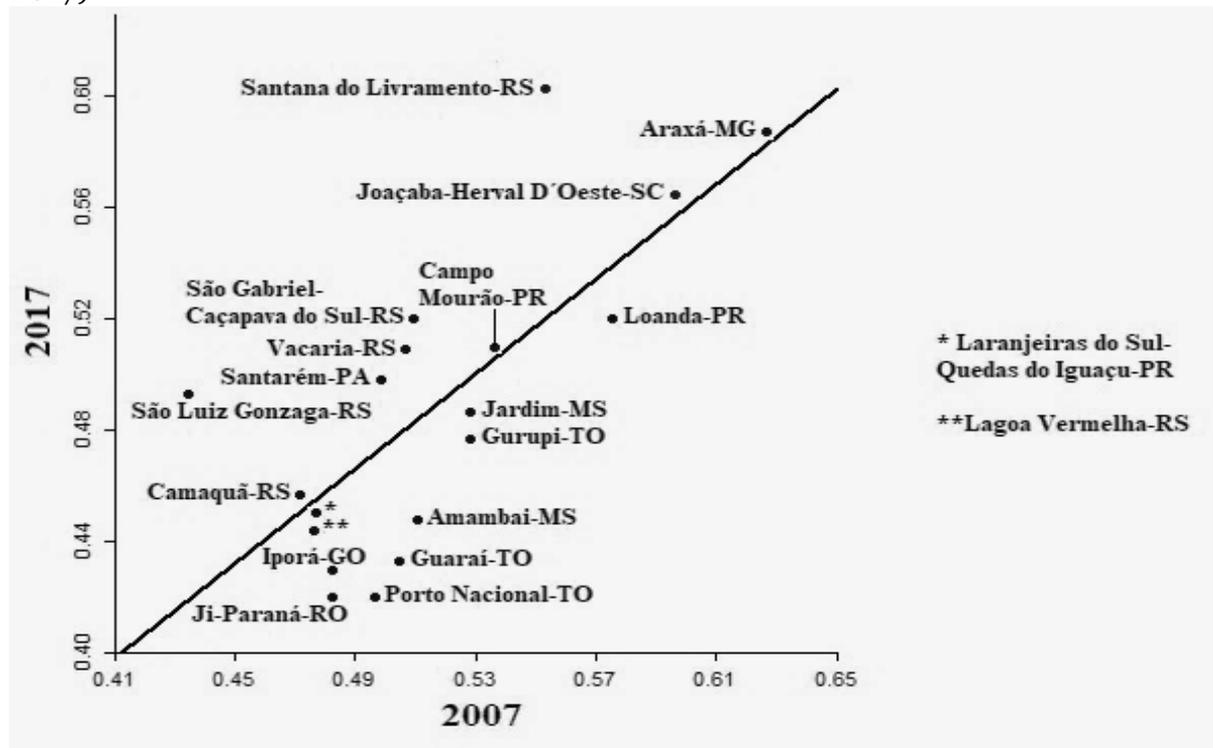
Gráfico 1 – Variação na base econômica das regiões do agronegócio em estudo (2007-2017)



Fonte: resultados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Sobre as regiões do agronegócio que aprofundaram a sua dependência pela cadeia da soja, a de São Luís Gonzaga-RS foi a que apresentou a maior variação no período de análise. Desse modo, Rio Grande do Sul logrou os dois extremos, de um lado uma AgroRegião que obteve profunda transformação em sua base econômica, direcionando-se para a difusão urbana; noutro, uma que afinçou a sua relação com o agronegócio globalizado. A etapa final mostrou quais dessas modificações trouxeram os maiores benefícios para os seus residentes (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Variação do emprego & renda nas regiões do agronegócio em estudo (2007-2017)



Fonte: resultados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Novamente, Santana do Livramento-RS se sobressaiu em relação aos demais por ser a única que ascendeu do desenvolvimento regular para moderado entre 2007 e 2017. Os demais mostraram desempenhos negativos com destaque para Ji-Paraná-RO, Guaraí-TO e Porto Nacional-TO. Dessa maneira, houve uma retração na qualidade do emprego & renda gerado nesses e mais 11 AgroRegiões. A de São Luiz Gonzaga-RS, que aumentou consideravelmente a sua conexão com o agronegócio, progrediu nesse parâmetro. Todavia, ao persistir com o indicador abaixo de 0,5, tornou-se um caso de limitada relevância.

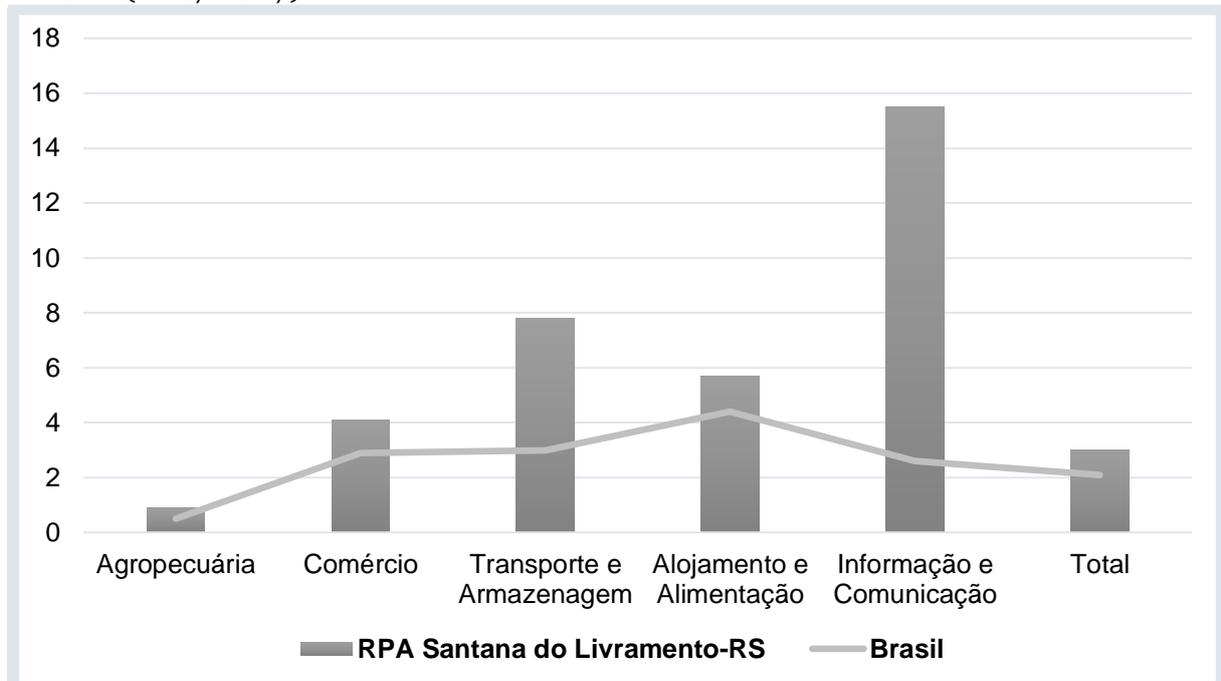
Em compensação, a região de Santana do Livramento necessita de uma análise à parte. Primeiramente, foi a única que minimizou a sua dependência pelo agronegócio sustentado pelo complexo soja. Essa transformação, de acordo com o IFDM Emprego & Renda, trouxe benefícios para os seus moradores no que tange à criação de postos de trabalho e melhorias salariais. Por último, nenhuma outra AgroRegião em estudo adquiriu uma variação positiva nos indicadores apresentados.

De imediato, atentou-se de que a sua extensão territorial possui um tamanho considerável para os padrões observados no Sul do País. Para se ter uma noção, perde em dimensão somente para as regiões do Norte, Jardim-MS e Campo-Mourão-PR. Ademais, é a que se constitui com o menor número de municípios, sendo eles: Santana do Livramento-RS, Rosário do Sul-RS e Quaraí-RS. Por fim, localiza-se na divisa com o Uruguai, em particular com os departamentos de Rivera e Artigas. As suas capitais são conhecidas por disponibilizarem *free shops*, lojas que vendem produtos com isenção fiscal, tornando-se atrativas principalmente para os consumidores que vivem no outro lado da fronteira.

Trata-se de um cenário desafiador para o comércio das regiões brasileiras limítrofes, impossibilitadas de competir em igualdade com os estabelecimentos situados no lado vizinho. Em compensação, as crises restringiram o poder de consumo

no mundo, e somadas com as altas sucessivas da cotação do dólar, alcançando o valor próximo de R\$ 4,00 no começo de 2016 e a permanência do limite de compra em US\$ 300,00 por pessoa nos *free shops* da fronteira, trouxeram ânimo para os lojistas do Brasil ali alocados. Diante disso, há a possibilidade de que esses fatores impulsionaram o processo de difusão das atividades urbanas na região de Santana do Livramento-RS (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Taxa de crescimento do emprego na região de Santana do Livramento-RS e Brasil (2007-2017)



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Houve um considerável aumento da oferta de empregos nos ramos do comércio, transporte e armazenagem, alojamento e alimentação, informação e comunicação em Santana do Livramento-RS entre os anos de 2007 e 2017, maior do que a média nacional. De igual modo, a agropecuária difundiu novos postos de trabalho, principalmente no cultivo de soja, embora a produção de cereais, laranja e a bovinocultura persistem como as atividades agrícolas básicas da economia regional. A nota destoante foi o encerramento de uma unidade fabricante de óleo vegetal em Rosário do Sul-RS, ocasionando a demissão de 165 funcionários.

Além do impulso no comércio entre 2007 e 2017, o início das operações de um grande complexo hoteleiro, inaugurado em 2019 no município de Santana do Livramento-RS, provavelmente aumentará a disponibilidade de empregos diretos e indiretos na região. Além do que, em vista do crescimento de atividades vinculadas à informação e comunicação, sugere-se que essa AgroRegião recebeu investimentos para modernizar o serviço de tráfego de dados sem fio. Em suma, tais entradas de capital propiciaram que essa região melhorasse o seu desempenho econômico em um período marcado pela instabilidade no cenário interno e externo.

CONCLUSÃO

A pesquisa enfatizou que as regiões do agronegócio estão vulneráveis porque os seus núcleos urbanos têm uma reduzida participação no contexto econômico vigente.

Como as suas zonas rurais encontram-se dominadas pela tecnologia, os seus moradores são os maiores prejudicados por se depararem com escassas oportunidades para obterem emprego e renda na sua área de origem. Nesse sentido, trata-se de uma questão primordial a realização de investimentos que busquem a consolidação de aglomerações urbanas atuantes, difusores de conhecimentos produtivos. Caso ignorem tais prerrogativas, a AgroRegião adentra em um círculo vicioso, isto é, inexistem perspectivas no curto prazo para que os seus residentes permaneçam nesse lugar.

O cenário tornou-se ainda mais caótico quando deflagraram-se crises como as que aconteceram entre 2007 e 2017. A valer, essas tensões são testes para provar se a economia regional realmente converteu-se em uma base produtiva desenvolvida e resiliente. Em vista disso, por meio da geoestatística, dados oficiais e indicadores de desempenho, foram analisadas quais regiões do agronegócio que mesmo diante de tamanhos desafios, alcançaram um nível satisfatório de progresso econômico nesse período marcado por incertezas. Das 19 regiões que incorporaram as premissas do estudo, somente a de Santana do Livramento-RS diminuiu a sua relação com o agronegócio globalizado através da difusão de atividades urbanas. E o mais importante: essa transformação refletiu-se em seus indicadores de emprego e renda, saltando de uma performance regular em 2007 para moderado no ano de 2017.

Para explicar o que ocorreu em Santana do Livramento-RS, utilizou-se como argumento de que a região, situada na fronteira com o Uruguai, se beneficiou de alguma forma com a queda na procura de bens ofertados em *free shops* situados no outro lado. Coincidentemente, nesse exato período, marcado pelas adversidades, houve uma difusão de estabelecimentos comerciais e de serviços, especialmente no ramo de transporte, alojamento, alimentação e comunicação. Apesar disso, o meio rural permaneceu importante na base econômica regional através da produção de cereais, soja, laranja e a criação de bovinos.

No aspecto geral, o caso de Santana do Livramento-RS enfatizou a necessidade das regiões do agronegócio diversificarem a sua base econômica. Com isso, evita-se o discurso de que somente através da comercialização em larga escala de *commodities* e o seu beneficiamento alcança-se o progresso econômico. Ao contrário, torna-se fundamental incorporar as suas cidades nesse contexto ofertando serviços turísticos, negócios ou compras a fim de gerar emprego e renda. Dessa forma, é provável que os seus moradores se insiram nessa dinâmica. Em consequência disso, tanto o rural quanto o urbano estarão mutualmente integrados e similarmente conectados com o mercado global. Por fim, recomenda-se para as próximas pesquisas analisar os impactos socioeconômicos originado pelo Covid-19 em tais delimitações espaciais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucir Reinaldo; LIMA, Jandir Ferrera. Cooperativismo agropecuário e de crédito do Brasil do Agronegócio. *G&DR*, Taubaté, v. 14, n. 2, p. 558-587, jan/2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acessado em 8 de janeiro de 2020.

BRASIL. Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acessado em: 8 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Relatório Anual de Informações Sociais. Base de dados. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acessado em: 8 de janeiro de 2020.

BRASIL. População residente estimada. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acessado em: 8 de janeiro de 2020.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590 p

CELLINI, Roberto; CUCCIA, Tiziana. Do behaviours in cultural markets affect economic resilience? An analysis of Italian regions. *European Planning Studies*, v. 27, n. 4, p. 748-801, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1568397>.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). *Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p. 25-44, 2015.

ELIAS, Denise. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva *et al* (Orgs.). In: *Cidades médias e região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. 351 p.

ELIAS, Denise. Interações entre o rural e o urbano a partir do agronegócio globalizado e desenvolvimento regional. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan (Orgs.). In: *Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafio*. Florianópolis: Editora Insular, 2018. 258 p.

EZCURRA, Roberto; RIOS, Vicente. Quality of government and regional resilience in the European Union. Evidence from the Great Recession. *Papers in Regional Science*, v. 98, n.3, p.1267-1290, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1111/pirs.12417>.

HERSEN, Amarildo; LIMA, Jandir Ferrera. O efeito transbordamento da crise econômica internacional. *Texto de Economia*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 25-45, 2010.

HIRSCHMAN, Albert Otto. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Teoria regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte: UFMG, p. 35-52, 1977.

IFDM. Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acessado: 21 de janeiro de 2020.

JONAS, Silva Henrique. As diferentes etapas do desenvolvimento econômico paranaense. *IGepec*, Toledo, v. 23, n.2, p. 139-155, jul./dez.2019.

MARTIN, Ron; GARDINER, Ben. The resilience of cities to economic shock: a tale of four recessions (and the challenge of Brexit). *Papers in Regional Science*, v. 98, n. 4, p.1801-1832, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1111/pirs.12430>

MEIJERS, Evert; WOUW, Dick Van der. Struggles and strategies of rural regions in the age of the 'urban triumph'. *Journal of Rural Studies*, v.66, p.21-29, 2019 Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.01.027>

MYRDAL, Karl Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1965. 240 p.

NORTH, Douglass Cecil. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMANN, Jacques (Org.). Teoria regional e urbana: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG, p. 291-313, 1977.

OLIVEIRA, Thiago José Arruda; PIFFER, Moacir. Do Sudeste da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais. *RBEUR*, Recife, v.19, n.1, p.164-178, 2017a. Doi: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p164>

OLIVEIRA, Thiago José Arruda; PIFFER, Moacir. O desenvolvimento regional do Centro Norte brasileiro: uma abordagem a partir da teoria de Douglass North. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 211-228, 2017b.

OLIVEIRA, Thiago Jose Arruda; RODRIGUES, Waldecy. Uma análise espacial da estrutura produtiva no interior do Brasil: os clusters do agronegócio. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 153-170, 2019a.

OLIVEIRA, Thiago Jose Arruda; RODRIGUES, Waldecy. O desempenho das regiões econômicas do Tocantins em tempos de crise (2010-2015): uma análise espacial. *DRD – Desenvolvimento Regional em debate*, Canoinhas, v. 9, p. 521-541, 2019b. Doi: [10.24302/drd.v9i0.2162](https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2162).

PINTO, Hugo; HEALY, Adrian; CRUZ, Ana Rita. Varieties of capitalism and resilience clusters: an exploratory approach to European regions. *Regional Science Policy & Practice*, v. 11, n. 6, Special Issue, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1111/rsp3.12183>

PAULA, Luís Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, mar. 2017. Doi: [10.1590/s0103-40142017.31890013](https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013).

ROCCO, Roberto; ROYER, Luciano; GONÇALVES, Fábio Mariz. Characterization of spatial planning in Brazil: the right to the city in theory and practice. *Planning Practice & Research*, p. 419-437, jul.2019. Doi: [10.1080/02697459.2019.1636552](https://doi.org/10.1080/02697459.2019.1636552).

ROSTOW, Walt Whitman. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 6ª edição, 1978. 274 p.

SHI, Qiujie; CAO, Guangzhong. Urban spillover or rural industrialization: which drives the growth of Beijing Metropolitan Area. *Cities*, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.05.023>

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leyia, 2017. 239 p.

TEIXEIRA, Barbara Eleonora Santos; SANTOS, Thiago Silva dos; TERRA, Ademir. A transformação do território a partir do uso da terra no município de Santarém Pará. Nova Revista Amazônia, Belém, v.7, n.3, p.99-107, dez.2019.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida; THÉRY, Hervé. Cenários urbanos contemporâneos: novas ou velhas práticas no Brasil e na Amazônia. PRACS, Macapá, v.9, n.1, p.107-126, jan./jul.2016. Doi: 10.18468/pracs.2016v9n1.p107-126

WÄCKERLIN, Niels; HOPPE, Thomas; WARNLER, Martijn; JONG, W. Martin de. Comparing city image and brand identity in polycentric regions using network analysis. Place Brand Public Dipl, v.16, p.80-96, 2020. Doi: 10.1057/s41254-019-00128-4.

WORLD BANK. World Development Report 2009: Reshaping economic geography. Washington D.C: World Bank, 2009.

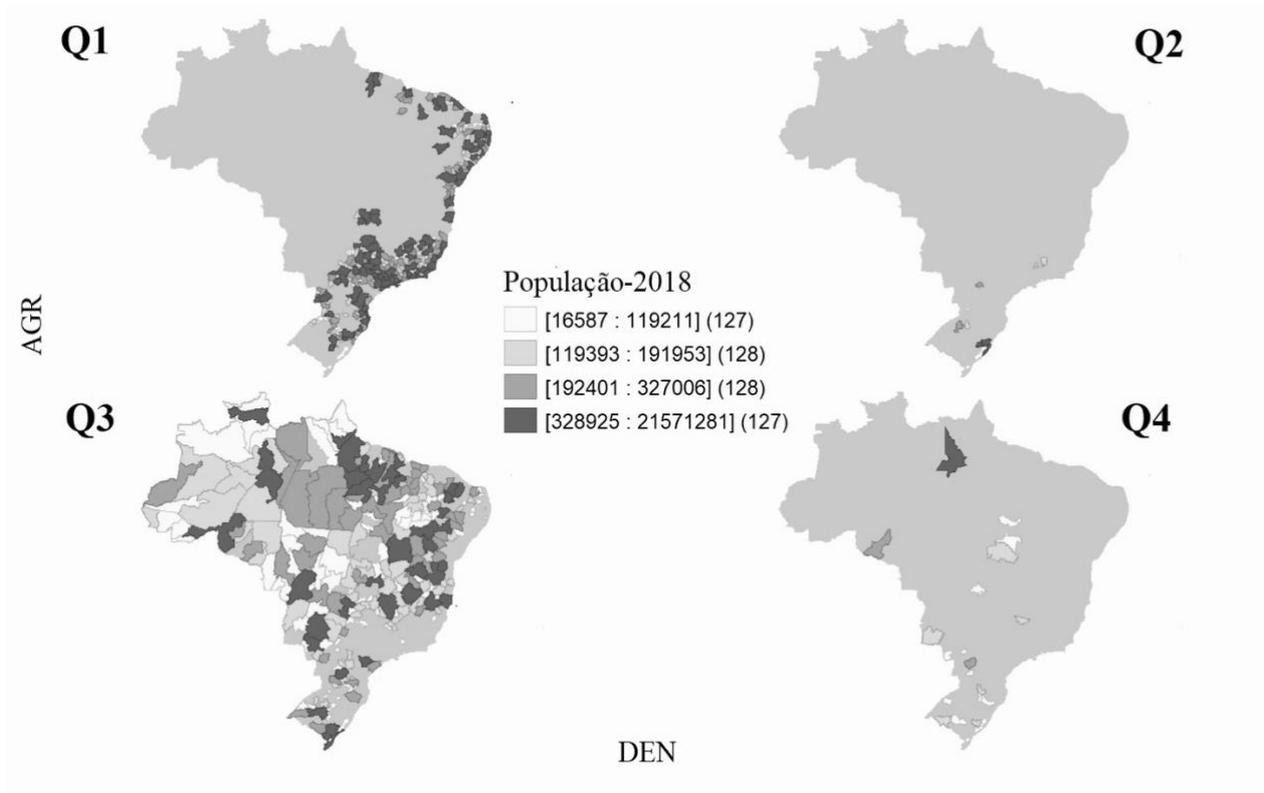
*Submetido em 28/5/2020
Aprovado em 20/6/2020*

Sobre o(s) Autor(es):

Thiago José Arruda de Oliveira
Email: thiago.arruda85@gmail.com

Waldecy Rodriguess
Email: waldecy@terra.com.br

ANEXO
Representação geográfica dos quadrantes



Regiões do Agronegócios selecionadas

Região Geográfica Imediata	Grande Região	UF
Ji-Paraná	Norte	Rondônia
Santarém		Pará
Porto Nacional		Tocantins
Guaraí		
Gurupi		
Araxá	Sudeste	Minas Gerais
Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu	Sul	Paraná
Campo Mourão		
Loanda		Santa Catarina
Joaçaba - Herval d'Oeste		
Camaquã		
São Gabriel - Caçapava do Sul		Rio Grande do Sul
Santana do Livramento		
São Luiz Gonzaga		
Lagoa Vermelha		
Vacaria		
Amambai	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul
Jardim		Goiás
Iporá		